

MENSAGEM Nº 601

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de novembro de 2022.

Brasília, 10 de Novembro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia, e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República das Seychelles, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 620/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 18 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 18/11/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3753056** e o código CRC **5A1E04F6** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Criado por [josecn](#), versão 2 por [josecn](#) em 18/11/2022 09:26:29.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA

CPF.: 470.836.033-91

ID.: 1200391 SSP-PI

1973 Filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasce em 21 de março, em Picos/PI

Dados Acadêmicos:

1995 Direito pela Universidade Federal do Piauí
1996 Especialização em Relações Econômicas Internacionais, Tokai University, Kanagawa-ken, Japão
1999 PROFA-I - IRBr
2006 Master of Laws in International Legal Studies, pela Georgetown University, Washington-DC/EUA
2006 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas"

Cargos:

1997 Terceiro-Secretário
2004 Segundo-Secretário
2007 Primeiro-Secretário, por merecimento
2011 Conselheiro, por merecimento
2017 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1999-00 Divisão de Programas de Divulgação Cultural, assistente
2000-02 Divisão do Pessoal, assistente
2002-03 Embaixada em Harare, Terceiro-Secretário em missão transitória
2003-04 Divisão da América Meridional II, assistente
2004-07 Missão Junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
2007-11 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2011-13 Secretaria de Planejamento Diplomático, Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico
2013-18 Embaixada em Lilongue, Embaixador, comissionado
2018- Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, Ministro-Conselheiro

Condecorações:

2018 Medalha Amigo da Marinha
2019 Medalha Mérito Tamandaré

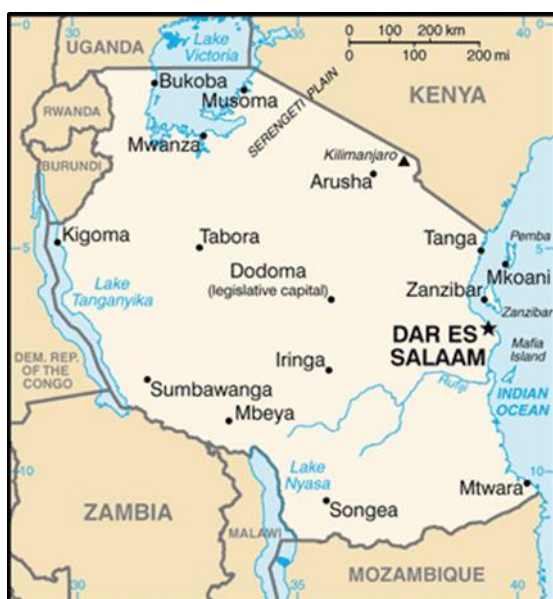
Publicação:

1996 The First WTO Appellate Body Review: United States – Standards for reformulated and conventional gasoline, in Journal of World Trade, 30/6, Genebra

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Unida da Tanzânia
GENTÍLICO	Tanzaniano, tanzaniana
CAPITAL	Dodoma (capital oficial e sede do Executivo e do Legislativo); Dar es Salam (sede do Judiciário)
ÁREA	885.800 km²
POPULAÇÃO (BM, 2021)	59,7 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Suaíli e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (61%) e islamismo (35%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (393 assentos)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Samia Hassan Suluhu (desde de 2021)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Stergomena Lawrence Tax (desde 2022)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 70,31 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 185,46 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 1.180,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 3.110,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,5% (2022); 4,9% (2021); 4,8% (2020); 7% (2019); 7% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2022):	Baixo (0,549); 160ª posição (entre 191 países); subiu 3 posições em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUS, 2021)	66,2 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	78%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2020)	2,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Xelim tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Adelardus Kilangi (desde março de 2022)
EMBAIXADOR EM DAR ES SALAM	Fábio Luiz Pazeto, encarregado de negócios, a. i. (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD Milhões FOB – MEcon)

BRASIL → TANZÂNIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	67,11	24,18	24,99	16,79	18,06	29,89	19,02	16,03	24,00	31,19
Exportações	67,04	24,18	24,92	16,77	17,98	29,84	19,00	16,00	23,00	30,54
Importações	0,07	0	0,07	0,02	0,08	0,08	0,02	0,03	1,00	0,65
Saldo	69,96	24,18	24,85	16,75	17,90	29,79	18,98	15,97	22,00	29,89

APRESENTAÇÃO

A Tanzânia está localizada na África Oriental e na região dos Grandes Lagos. Ao norte, o país faz fronteira com Quênia, Uganda e Ruanda; ao leste, com Burundi, República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e Malawi; ao sul, com Moçambique; e a leste, é banhado pelo Oceano Índico.

A República Unida da Tanzânia foi formada em 1964, quando as ex-colônias alemãs e, posteriormente, britânicas de Tanganica e Zanzibar, que se tornaram independentes do Reino Unido em 1961 e 1963, respectivamente, fundiram-se num só estado. Desde a independência, o país tem-se caracterizado por relativa estabilidade política. Em termos demográficos, a Tanzânia é o sexto país mais populoso da África, com 59 milhões de habitantes.

No plano internacional, a Tanzânia atua sobretudo em seu entorno regional da África Oriental e dos Grandes Lagos. O país favorece a integração regional no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC) e desempenha papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como tem ocorrido nos casos da República Democrática do Congo (RDC) e do Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a missão de manutenção da paz das Nações Unidas na RDC (MONUSCO).

A Tanzânia apresenta a nona maior economia da África, considerando-se o PIB nominal de 2021, e a segunda maior da África Oriental, depois do Quênia. Desde o início dos anos 2000, a economia do país tem-se caracterizado pelos altos índices de crescimento, superiores a 6,5%. Após duas décadas de crescimento sustentado, o Banco Mundial elevou a Tanzânia da categoria de país de baixa renda para país de renda média-baixa, em julho de 2020. Mesmo com os impactos negativos da pandemia de Covid-19 e, posteriormente, dos conflitos na Ucrânia, o crescimento do PIB tanzaniano, embora tenham recuado, alcançaram taxas significativas de 4,5%, em 2020, e de 4,8%, em 2021.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. A abertura da embaixada brasileira em Dar es Salam, em 2005, iniciou período de intensificação do relacionamento bilateral, em seus diversos aspectos. O diálogo político entre os dois países é fluido, o que se reflete no frequente apoio tanzaniano às candidaturas brasileiras a diversos cargos de importância em organismos internacionais. A cooperação técnica é importante vertente de aproximação entre os dois países, contemplando projetos nas áreas de saúde e agricultura.

PERFIL BIOGRÁFICO

SAMIA SULUHU HASSAN **Presidente da República**



Nasceu em Makunduchi, no arquipélago de Unguja (Zanzibar), em 27 de janeiro de 1960. Casada, tem quatro filhos. É graduada em Administração Pública (1986) pelo Instituto de Gestão do Desenvolvimento (Tanzânia) e mestre em Desenvolvimento Econômico Comunitário (2015) em programa conjunto da Universidade Aberta da Tanzânia e da Universidade do Sul de New Hampshire.

Samia Suluhu Hassan, que exercia a função de vice-presidente, assumiu a presidência da Tanzânia, em 19 de março de 2021, após a morte do presidente John Magufuli, tornando-se a primeira mulher, a segunda pessoa de Zanzibar e a terceira de religião muçulmana a assumir a presidência do país.

Integrante do Partido da Revolução (Chama Cha Mapinduzi) que liderou o processo de independência e desde então governa o país, Samia Suluhu ingressou na vida política em 2000, eleita para o parlamento zanzibari. Foi reeleita em 2005. No mesmo período, exerceu também a função de ministra no governo dessa região semiautônoma. Em 2010, estreou na política nacional, elegendo-se deputada à Assembleia Nacional. Em 2014 foi eleita vice-presidente da Assembleia Constituinte.

Exerceu também altas funções executivas em nível regional e nacional. Entre 2000 e 2010 foi ministra de Mulheres e Juventude, bem como de Turismo e Comércio no governo da região semiautônoma de Zanzibar. Em 2014, esteve à frente do Ministério de Assuntos da União durante o governo de Jakaya Kikwete. Em 2015, tornou-se vice-presidente, com a eleição de John Magufuli. A chapa foi reeleita em outubro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada brasileira residente em Dar es Salam. Em 1980, o chanceler Saraiva Guerreiro realizou visita de trabalho a Dar es Salam. Em 1981, o presidente tanzaniano Benjamin Mkapa visitou o Brasil. Em 1991, a Embaixada do Brasil em Dar es Salam foi desativada.

Novo ímpeto no relacionamento bilateral resultou da reabertura da missão diplomática brasileira na Tanzânia, em março de 2005. Dois anos depois, o governo tanzaniano abriu sua embaixada residente em Brasília.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista), quando o lado tanzaniano priorizou a cooperação técnica na área agrícola. Outras áreas identificadas como relevantes para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se igualmente a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). Por ocasião da I Comista, Brasil e Tanzânia firmaram quatro atos bilaterais, a saber, o Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Em setembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU).

Em 2010, em resposta às demandas tanzanianas de iniciativas de cooperação esportiva, o Brasil apoiou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo.

Em julho de 2010, o presidente Lula realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de chefe de estado brasileiro ao país. O programa da visita incluiu encontros do presidente com seu homólogo Jakaya Kikwete, com o primeiro-ministro Mizengo Pinda e outras altas autoridades tanzanianas, além de eventos empresariais e comerciais. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o chanceler Bernard Membe (setembro de 2010), o primeiro-ministro Pinda (outubro de 2011) e o presidente Kikwete (abril de 2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o então chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas à Embraer, à UNICA, ao BNDES, à Fiocruz, a Itaipu, à Petrobras, à FIESP e à Embrapa, além de encontros com autoridades dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes.

Em sua visita, o então PM Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com ministérios brasileiros, o primeiro-ministro tanzaniano manifestou o interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar, capacitação e universalização do acesso à energia.

Em 2012, o presidente Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o chefe de estado tanzaniano visitou a EMBRAPA e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Após intervalo de alguns anos, a retomada das visitas de alto nível deu-se em abril de 2018, quando o então subsecretário-geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, visitou Dar es Salam com intuito de redinamizar as relações bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Tanzânia, ao abrigo do qual realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas.

Cooperação técnica

O histórico da cooperação técnica inclui ações ou projetos, bilaterais ou trilaterais, em setores como biocombustíveis (2010-2011); cultura da castanha-de-caju (2010-2012); aquicultura (2015-2019); combate ao HIV/AIDS (2010-2014); eliminação do trabalho infantil (2011-2014); e promoção do trabalho decente na cultura do algodão (2015-2021).

Atualmente, estão sendo executados projeto trilateral, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), na área de segurança alimentar, bem como três projetos bilaterais na área agrícola, com destaque para o “Cotton Victoria”, projeto regional voltado para o fortalecimento do setor algodoeiro

no Burundi, Quênia e na Tanzânia (2016-2022). Projeto de cooperação bilateral na área de saúde, para o tratamento da anemia falciforme, está em fase avançada de negociação. Com o governo regional de Zanzibar, estão sendo negociados projetos nas áreas de saúde materna e neonatal.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Tanzânia ainda está aquém do potencial dos dois países, considerando-se o expressivo crescimento econômico e demográfico da Tanzânia nos últimos quinze anos. A corrente de comércio bilateral é caracterizada pelo desequilíbrio, sendo constituída quase que exclusivamente por exportações brasileiras.

Em 2021, o fluxo comercial bilateral foi de US\$ 31,1 milhões (+30,7% em relação a 2020). Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Tanzânia são açúcares; carnes; papel e cartão; painéis de fibras de madeira; e pneus. Em 2021, além desses produtos, o Brasil exportou também tratores, o segundo item da pauta de exportações para a Tanzânia no ano passado. O principal produto importado pelo Brasil da Tanzânia são sementes, frutos e esporos. Em 2021, o principal produto exportado pela Tanzânia para o Brasil foi “polímeros de acetado” (plástico).

Nos três primeiros trimestres de 2022, as exportações brasileiras atingiram USD 28,4 milhões e as vendas tanzanianas, USD 1,4 milhão. Até o momento, os produtos mais vendidos pelo Brasil em 2022 foram: (i) tratores rodoviários para semi-reboques (USD 5,7 milhões); (ii) carne de frango (5,3 milhões); (iii) máquinas e implementos agrícolas (4,7 milhões); (iv) açúcar (3 milhões); (v) alimentos em conserva (1,2 milhão); e (vi) pneumáticos (1,1 milhão). As vendas tanzanianas incluíram, sobretudo, polímeros (1,1 milhão) e tabaco (200 mil).

De acordo com o Banco Central, não há, atualmente, fluxo ou estoque de investimentos diretos brasileiros na Tanzânia, tampouco de investimentos tanzanianos no Brasil. No passado recente, contudo, a Petrobras atuou no mercado tanzaniano. Em 2010, a Petrobras obteve concessão para exploração em três blocos *offshore* na Tanzânia, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para joint venture formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à PETAN. O empreendimento foi descontinuado pela Petrobrás, após o insucesso nas operações de exploração, bem como em função de políticas de desinvestimento da empresa no exterior.

A Tanzânia tem reiterado o interesse em atrair investidores brasileiros na área de petróleo e gás, especialmente a Petrobrás. Em julho de 2019, missão empresarial tanzaniana, liderada pelo cônsul honorário do Brasil em Zanzibar e presidente da Associação Tanzaniana de Provedores de Serviços da Indústria de Petróleo e Gás, Abdulsamad Abdulrahim, visitou a Petrobrás, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a APEX-Brasil, a CNI e a FIESP, com o objetivo de conhecer melhor o setor e convidar empresas brasileiras a participarem do Congresso de Petróleo e Gás da Tanzânia.

Mencione-se, ainda, a presença, desde 2016, do grupo belga-brasileiro AB InBev, que adquiriu a principal cervejaria tanzaniana e hoje controla cerca de 60% do mercado local de cerveja; e de subsidiária britânica da empresa de engenharia brasileira Propav, que assinou acordo, em setembro de 2022, com o governo de Zanzibar, para a construção de três estradas no arquipélago, somando cerca de 100 quilômetros e custo estimado em 230 milhões de euros. Há, ainda, perspectiva de atuação na Tanzânia da empresa brasileira Eurofarma, que enviou missão à Tanzânia em 2022 e avalia a abertura de operação local para a venda de produtos farmacêuticos e, possivelmente, no futuro, a fabricação local.

Renegociação da dívida bilateral

A Tanzânia, com dívida de US\$ 236 milhões, decorrente de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à construção da Rodovia Morogoro-Dodoma, em 1979, ocupava a posição de terceiro maior devedor em atraso com o Brasil. Em setembro de 2016, o Senado Federal aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US\$ 16,69 milhões, pagas em 15/11/2017 e 15/5/2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

Temas consulares

A comunidade brasileira no país é reduzida, estimada em aproximadamente 80 nacionais. Trata-se, em geral, de executivos de empresas multinacionais, engenheiros, religiosos, funcionários de organismos internacionais ou cônjuges de tanzanianos ou outros estrangeiros residentes no país.

O sistema político da Tanzânia é presidencialista. A chefia do estado e do governo é exercida pelo presidente, eleito por sufrágio universal, para mandato de cinco anos, podendo ser reeleito para mais um mandato. O primeiro-ministro e o gabinete ministerial são indicados pelo presidente, entre os membros do Parlamento. O primeiro-ministro exerce função de coordenação, representando o Executivo no Parlamento.

Zanzibar possui *status* de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O presidente de Zanzibar é considerado chefe de governo para assuntos relativos ao arquipélago, o qual não dispõe, contudo, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

O Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional (Bunge) é composta por 393 assentos, dos quais 264 são reservados para representantes eleitos diretamente, 113 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, cinco para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, dez para membros nomeados pelo presidente e um assento reservado para o procurador-geral. Além de aprovar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente (Tanganica). Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 82 parlamentares.

Independências de Tanganica e Zanzibar e formação da Tanzânia

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1922-1999), foi criada a União Nacional Africana da Tanganica (TANU), cujo principal objetivo era alcançar a soberania nacional para Tanganica, ex-colônia alemã, administrada pelo Reino Unido desde o fim da Primeira Guerra. Em 1960, Nyerere tornou-se ministro do território da Tanganica. Em 1961, o território conquistou a independência. Nyerere, então, tornou-se primeiro-ministro e instaurou regime de partido único.

Em 1963, Zanzibar proclamou sua independência, com a deposição da antiga dinastia omani, que, por séculos, exercera domínio sobre o arquipélago e parte da costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia.

Julius Nyerere tornou-se o primeiro presidente da Tanzânia. Nyerere manteve-se à frente da presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo. Considerado “Pai da Nação” (“Baba wa Taifa”, em suaíli), sua influência ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Introdução do multipartidarismo

Com a saída de Nyerere da Presidência, em 1985, a assunção do cargo de presidente da República coube a Ali Hassan Mwinyi. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Desde então, todos os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de cinco anos, e nenhum foi reconduzido ao cargo por uma terceira vez.

A introdução do multipartidarismo, contudo, não resultou em enfraquecimento da agremiação que liderou o processo de descolonização, a TANU, e de seu sucessor, o Partido da Revolução (Chama Cha Mapinduzi – CCM), que continuou a dominar a cena política tanzaniana, elegendo todos os presidentes do país até o momento. Recentemente, ganharam força as agremiações oposicionistas Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA) e Frente Cívica Unida (CUF), este baseado em Zanzibar.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo de Jakaya Kikwete e pleitos por nova Constituição

O sucessor de Mkapa, Jakaya Kikwete, eleito em dezembro de 2005 com 80% dos votos, tomou posse em janeiro de 2006. Nas eleições nacionais de 2010, Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%).

Por sua vez, as eleições para presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-vice-presidente da Tanzânia.

Apesar das críticas da oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, observadores internacionais apontaram apenas pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação. No geral, observadores internacionais consideraram as eleições livres e transparentes.

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O desempenho do partido

governista nas eleições gerais de 2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido precisaria renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Em 2011, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o governo e os partidos de oposição. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA.

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por lideranças do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição em vigor atualmente foi criada no período do unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o governo procurou tomar a frente do debate. O presidente Kikwete logrou aprovar, em 2011, o Ato de Revisão Constitucional, que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). Esperava-se que a nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, quando se celebrou o 50º aniversário da União entre a Tanganica e Zanzibar.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar fortaleceu a oposição e tornou todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida para esse fim e aprovada por referendo popular.

Em outubro de 2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deveria ainda ser submetido a referendo popular. Logo ao final dos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do país, os partidos de oposição ameaçaram instruir as bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado significativamente as propostas da CRC, à revelia dos interesses da população.

Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. De um lado, o CCM defendia a fórmula de dois governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia). De outro, CHADEMA e CUF, entre outros grupos, apoiavam a introdução de sistema de três governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento de que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante

os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a oposição propugnasse o boicote à realização do referendo.

Programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado, sem previsão de data, pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores.

Governo de John Magufuli

John Magufuli, saído dos quadros do CCM, venceu as eleições de 2015 e tornou-se presidente da Tanzânia. Seu governo foi caracterizado por transformações no cenário político-institucional e econômico tanzaniano. Magufuli implementou “terapias de choque” na administração pública tanzaniana, com iniciativas ambiciosas, medidas de austeridade fiscal e combate à corrupção, além da cobrança direta de ação e resultados de seus subordinados. Por esses métodos, Magufuli era conhecido como “trator”. Para alguns analistas, o estilo de governo de Magufuli tem inspiração na política de Julius Nyerere, com a qual compartilhava viés nacionalista.

No plano econômico, Magufuli priorizou a implementação de programa de substituição de importações, com o favorecimento e incentivos à produção local agropecuária e, sobretudo, manufatureira, bem como a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a hidrelétrica de Stiegler's Gorge, que deverá tornar-se a maior da Tanzânia.

Em 2016, Magufuli anunciou sua intenção de concluir a transferência da capital de Dar es Salam para Dodoma, no centro do país, declarada capital em 1974, por Nyerere. Em 2019, Magufuli transferiu o poder Executivo para Dodoma, que já abrigava o Legislativo. Dar es Salam, contudo, continua abrigando a maioria das missões diplomáticas na Tanzânia, além de ser o centro econômico do país.

Em outubro de 2020, John Magufuli foi reeleito presidente da Tanzânia. A eleição foi marcada por alegações de fraudes, prisões de líderes opositores, sobretudo do CHADEMA, e restrições à liberdade de expressão e reunião. Desde o final do primeiro mandato, o governo de Magufuli, embora popular, vinha sendo cada vez mais criticado por repressão à oposição, limitação dos direitos de minorias e pela gestão da pandemia de covid-19. Magufuli morreu prematuramente em 17 de março de 2021, por parada cardíaca.

Governo de Samia Suluhu

Após a morte do presidente John Magufuli, a então vice-presidente Samia Suluhu, também integrante do CCM, assumiu a chefia do estado e do governo da Tanzânia, em 19 de março de 2021.

A presidente Samia Suluhu vem mantendo as políticas econômicas de caráter desenvolvimentista de seu antecessor, centradas nos grandes investimentos em infraestrutura, introduzindo, contudo, maior abertura política, com a libertação de líderes opositores, o relaxamento de controles sobre os meios de comunicação e a criação de grupo de trabalho para consultas públicas sobre reformas democráticas, uma demanda da oposição.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana se caracteriza pela defesa da paz e do desenvolvimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e integração africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e acompanha, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, o consenso da União Africana (UA) e dos organismos sub-regionais dos quais participa, em especial da EAC, integrada por Burundi, Quênia, República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Sudão do Sul e Uganda.

A Tanzânia privilegia as relações com seu entorno imediato, tanto na África Oriental como nos Grandes Lagos. Além de ser membro fundador da Comunidade da África Oriental (EAC), o país também é parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Com isso, a Tanzânia ocupa posição singular de ser membro de dois dos agrupamentos sub-regionais mais importantes do continente africano.

O país desempenha papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como tem ocorrido nos casos da República Democrática do Congo (RDC) e do Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a missão de manutenção da paz das Nações Unidas na RDC (MONUSCO).

A ascensão de Samia Suluhu à presidência da Tanzânia, em substituição a John Magufuli, teve impactos também na política externa do país. O nacionalismo de Magufuli, que tendia a uma visão autárquica, vem cedendo espaço à maior ênfase conferida por Samia Suluhu à integração regional no âmbito da EAC.

Logo após assumir a chefia de estado, a presidente iniciou programa de viagens a outros países, a começar pelos vizinhos, em visitas bilaterais e reuniões de organismos regionais, praticamente inexistente durante o governo Magufuli. Samia Suluhu tem participando ainda de eventos multilaterais.

ECONOMIA

A Tanzânia é a segunda maior economia da África Oriental – região que mais tem crescido no continente –, depois do Quênia. Desde o início dos anos 2000 até a eclosão da pandemia de Covid-19, a Tanzânia vinha registrando elevados índices de crescimento do PIB, em termos reais, entre os mais elevados de toda a África e mesmo do mundo. Entre 2010 e 2019, a taxa média de crescimento do PIB tanzaniano foi superior a 6,5% ao ano, de acordo com dados do FMI. Em 2018 e 2019, a taxa de crescimento anual foi da ordem de 7%.

Com isso, a Tanzânia alcançou progressos sensíveis na melhoria das condições de vida de sua população. Após duas décadas de crescimento sustentado, o Banco Mundial elevou a Tanzânia do *status* de país de baixa renda para país de renda média-baixa em julho de 2020. A conquista da Tanzânia decorreu da estabilidade macroeconômica do país, aliada a seus recursos naturais e posição geográfica estratégica. Os investimentos maciços em infraestrutura (rodovias, ferrovias e portos) e energia, aliados aos setores dinâmicos da mineração e do turismo, devem constituir o principal motor do crescimento econômico do país nos próximos anos.

A agricultura é responsável por cerca de 65% do emprego da população economicamente ativa e gera cerca de 27% do PIB tanzaniano. A mineração de ouro cresceu em anos recentes e se tornou importante item da pauta de exportação. Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos. No entanto, desde 2010, empresas europeias e norte-americanas vêm fazendo descobertas de jazidas de gás *offshore*, que podem elevar as reservas do país de forma significativa.

Sob o ponto de vista macroeconômico, o país mantém fundamentos sólidos. Embora as exportações tenham aumentado, o déficit em conta corrente da Tanzânia aumentou ligeiramente, atingindo 2% do PIB no final de setembro de 2021, com o crescimento das importações mais do que compensando o crescimento das exportações. O déficit em conta corrente foi financiado em grande parte por

empréstimos externos e investimentos estrangeiros diretos. O xelim tanzaniano (TZS) permaneceu relativamente estável em 2021. Segundo avaliação do Banco Mundial, as autoridades continuaram a implementar uma política monetária expansionista, mas a taxa de crescimento do crédito ao setor privado permaneceu relativamente baixa (5,6%, em outubro de 2021). A taxa de inflação da Tanzânia subiu para 4,1% em novembro de 2021, seu nível mais alto nos últimos três anos, mas permanece entre as mais baixas e menos voláteis da África Oriental.

De acordo com análise conjunta da dívida externa tanzaniana realizada pelo FMI e Banco Mundial, em setembro de 2021, o risco de sobreendividamento externo da Tanzânia aumentou de baixo para moderado. Esse aumento resultou do impacto negativo da pandemia de Covid-19 sobre o setor de turismo, em contexto de aumento de empréstimos não concessionais e aumento do serviço da dívida.

Os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, como esperado, resultaram em desaceleração da economia tanzaniana. Em 2018 e 2019, antes do impacto da pandemia e, posteriormente, do conflito na Ucrânia, essa taxa foi de 7%. Em 2020, o crescimento real do PIB tanzaniano reduziu-se para 4,8%. Segundo o FMI, a taxa de crescimento da economia do país deverá manter-se nesse patamar em 2021 e 2022. O Fundo estima que, em 2023, a recuperação seja mais acentuada, com previsão de aumento do PIB tanzaniano da ordem de 5,2%.

Em 2020, o comércio exterior da Tanzânia totalizou USD 18,01 bilhões, composto por USD 5,91 bilhões em exportações e USD 12,1 bilhões em importações. Os principais produtos de exportação da Tanzânia foram ouro (USD 2,36 bilhões), castanha de caju (USD 386 milhões), cobre bruto (USD 345 milhões), minério de metal precioso (USD 343 milhões) e leguminosas secas (USD 208 milhões). Os principais destinos das exportações tanzanianas foram Índia (USD 891 milhões), Emirados Árabes Unidos (USD 866 milhões), Suíça (USD 796 milhões), Uganda (USD 734 milhões) e China (USD 388 milhões). Os principais produtos importados pela Tanzânia foram cobre refinado (USD 1,55 bilhão), petróleo refinado (USD 730 milhões), medicamentos (USD 368 milhões), óleo de palma (USD 302 milhões) e trigo (USD 219 milhões). As principais origens das importações tanzanianas foram China (USD 4,17 bilhões), República Democrática do Congo (USD 1,67 bilhão), Índia (USD 1,41 bilhão), Emirados Árabes Unidos (USD 788 milhões) e África do Sul (USD 336 milhões).

No plano multilateral, a Tanzânia é membro atuante da Organização Mundial do Comércio (OMC). Da mesma forma, o governo tanzaniano participa de outros

arranjos multilaterais econômicos como os acordos da ACP (África Caribe e Pacífico), além do Sistema Geral de Preferências (SGP).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do primeiro-ministro Julius Nyerere
1962	Tanganica torna-se república sob a presidência de Nyerere
1963	Zanzibar torna-se independente
1964	Tanganica e Zanzibar unem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere
1977	Partido da Revolução (CCM) é criado pela fusão dos partidos Tanganyika African National Union e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin
1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia
1999	Assinatura do acordo de constituição da Comunidade da África Oriental (EAC) por Quênia, Tanzânia e Uganda
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos
2005	Instituída a união aduaneira entre os países da EAC
2007	Ruanda e Burundi se unem à EAC
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental. O mercado comum entra em vigor em 2010
2010/jul	Entra em vigor o acordo que criou a EAC
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos
2010	Em Zanzibar, são realizadas eleições presidenciais locais de forma pacífica, após o acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM

2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA, em protesto contra o resultado das eleições para prefeito da cidade, resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido
2011	Foi aprovado o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC)
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado <i>sine die</i>
2015/out	Ocorrem eleições parlamentares e presidenciais. John Magufuli é eleito presidente da Tanzânia
2020/out	John Magufuli é reeleito presidente da Tanzânia
2021/mar	Com a morte de John Magufuli, a vice-presidente Samia Suluhu assume a chefia de estado e governo da Tanzânia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1970	Estabelecimento das relações diplomáticas
1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia
1981	Benjamin Mkapa, então ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários
2004	Encontro entre o então presidente Lula da Silva e o então presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
2006	Visita a Brasília da então chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica
2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral

2008	Realização, em Dar es Salam, da I Reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos então vice-ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural
2010/maio	Visita ao Brasil do então ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis
2010/julho	Visita do então presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar es Salam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa
2010/setembro	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia
2011/outubro	Visita ao Brasil do então primeiro-ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do então presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).
2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salam
2013/janeiro	Visita ao Brasil do então Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz
2014/julho	Visita ao Brasil do então Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA no âmbito do projeto de cooperação <i>Cotton Victoria</i>
2017/junho	Criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar
2017/setembro	Assinatura do acordo bilateral de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil
2018/abr	Assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de mecanismo de consultas bilateral. Realização da I Reunião de

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	02/09/2010
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	22/05/2006
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor	13/08/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor	10/06/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor	28/08/2008

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO DAS COMORES



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	União das Comores
GENTÍLICO	Comoriano, comoriana
CAPITAL	Moroni
ÁREA	2.235 km²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	906.000 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Azali Assoumani (desde maio 2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Dhoihir Dhoulkamal
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 1,24 bilhão
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 3,21 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 1.300,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 3.360,00
VARIAÇÃO DO PIB	1,4% (2022); 2,2% (2021); -0,3% (2020); 1,8 (2019); 3,6% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2021)	Médio (0,558); 156ª posição (entre 191 países); mesma posição em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	63,4 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2018)	59%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2021)	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco comoriano (atrelado ao euro)
EMBAIXADOR DE COMORES	A ser designado
EMBAIXADOR DO BRASIL	Flavio Pazeto, encarregado de negócios, a. i. residente na Tanzânia (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – COMORES (fonte: MEcon) US\$ milhões FOB										
BRASIL ➔ COMORES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	0,4	1,1	1,74	0,9	1,95	2,67	4,05	5,17	6,62	6,05
Exportações	0,4	1,06	1,7	0,87	1,91	2,65	3,94	5,1	6,52	5,85
Importações	0,01	0,04	0,04	0,03	0,04	0,02	0,96	0,07	0,1	0,2
Saldo	0,4	1,02	1,7	0,8	1,9	2,6	3,8	5,0	6,4	5,6

APRESENTAÇÃO

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista da África Oriental, localizado entre a ilha de Madagascar e o norte da costa de Moçambique. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1974. Árabe, francês e comoriano são as línguas oficiais no arquipélago, cuja população, em sua quase totalidade (98%), professa a fé islâmica sunita. O país é membro da Liga Árabe, da União Africana, da Organização para a Cooperação Islâmica e da Organização Internacional da Francofonia.

A União das Comores constitui um dos menores países do continente africano em termos territoriais, populacionais e econômicos. O país figura entre os países mais pobres do mundo, sendo sua economia dependente de ajuda internacional. Entre 2014 e 2018, a economia do país apresentou taxa média de crescimento do PIB da ordem de cerca de 3%. Nos dois anos seguintes, desastre natural (ciclone Kenneth) e a pandemia de covid-19 afetaram negativamente a economia comoriana, que registrou redução do crescimento para 1,8%, em 2019, e taxa negativa (-0,3%), em 2020. O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de metade do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. Os principais itens de exportação são baunilha, cravo e essências para a indústria de perfumes. A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana.

As relações do Brasil com a União das Comores são relativamente recentes, tendo sido estabelecidas em 2005, e ainda carecem de densidade. Apesar disso, registram-se iniciativas no plano bilateral, como a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 2011, ratificado pelo Brasil em 2018 e aprovado pelo Parlamento de Comores em junho de 2021; a assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre as Chancelarias dos dois países para cooperação no treinamento de diplomatas; e a execução de projeto de cooperação técnica implementado pelo Fundo IBAS, com participação do Brasil.

PERFIL BIOGRÁFICO

AZALI ASSOUMANI **Presidente da República**



Azali Assoumani nasceu em 1959, em Mitsoudjé, cidade da ilha de Grande Comore. Militar, ocupou diversos postos nas Forças Armadas comorianas, entre eles o de chefe do Estado Maior do Exército Nacional de Desenvolvimento (1998-1999). Em 1999, o então coronel Assoumani liderou o movimento que depôs o presidente interino Tadjidine Ben Said Massounde, tendo assumido a presidência do país. Nas eleições realizadas em 2001, no contexto da reconciliação política no arquipélago, Assoumani foi confirmado no cargo, no qual permaneceu até 2006. Em observância do sistema de rotação entre as ilhas para escolha do presidente da União, Assoumani, ligado politicamente à ilha de Grande Comore, pôde reapresentar-se como candidato à presidência em 2016, da qual se saiu vitorioso. Em 2019, foi mais uma vez reconduzido à presidência.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marrakesh, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

Em 2009, o então presidente Ahmed Sambi manteve encontro com o então presidente Lula, à margem da II Cúpula América do Sul - África (ASA), em Isla Margarita, quando expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, o vice-presidente comoriano manifestou a autoridades brasileiras o desejo de dinamizar o intercâmbio comercial bilateral, bem como de contar com

investimentos brasileiros em seu país, em especial no setor de infraestrutura e agricultura. Durante a visita, também foi discutida a possibilidade de ser estreitada a cooperação entre academias diplomáticas dos dois países.

Embora recentes, as relações entre Brasil e Comores contam com algumas iniciativas bilaterais, como a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores, em 2011, ratificado pelo Brasil em 2018 e aprovado pelo Parlamento de Comores em junho de 2021; e a assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre as Chancelarias dos dois países para cooperação no treinamento de diplomatas.

Entre 2018 e 2020, Comores beneficiou-se de projeto de cooperação técnica trilateral Sul-Sul implementado pelo Fundo IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul, para aperfeiçoamento da capacidade agrícola em Comores. Segundo o governo comoriano, o projeto alcançou cerca de 280 produtores e trouxe resultados muito positivos na melhoria da infraestrutura local, com o estabelecimento de sistemas de irrigação e a disponibilidade de tratores, e na capacitação dos agricultores no manejo de maquinário agrícola, bem como em técnicas de irrigação e de agricultura orgânica. Os sistemas de irrigação e o uso de tratores teriam contribuído para iniciar transição de uma agricultura manual para agricultura mais mecanizada. À luz do sucesso do projeto, Comores afirmou que buscará a aprovação de uma segunda fase da iniciativa, a fim de garantir a permanência e sustentabilidade da infraestrutura e das habilidades adquiridas.

Para apresentar o modelo de cooperação brasileiro e explorar possíveis áreas de cooperação, foi realizada, em outubro de 2021, videoconferência entre os diretores da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Nacional de Cooperação Internacional (ANCI). Na ocasião, a parte comoriana identificou cinco áreas prioritárias: i) agricultura; ii) produção de alimentos; iii) educação e formação técnica; iv) fortalecimento institucional; e v) gestão de resíduos. Em abril de 2022, o lado comoriano formalizou pedidos de cooperação técnica nas áreas de desenvolvimento agrícola e gestão de resíduos. Em maio de 2022, Comores manifestou interesse em ser incluído nos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG).

O comércio bilateral é incipiente, em razão das dificuldades de transporte e comunicações, do tamanho do mercado local e da baixa renda da população comoriana. Em 2021, totalizou US\$ 6 milhões, sendo US\$ 5,8 milhões de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de ave e bovinas.

Nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 7,5 milhões para Comores. Mais de 90% desse valor correspondeu a carne de frango em natura e em conserva. Por sua vez, o Brasil importou cerca de US\$ 100 mil em óleos essenciais de Comores.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira a Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo então presidente Dhoinine, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição da União de Comores, promulgada em 2001, define o país como um estado federativo de regime presidencialista, composto pelas ilhas de Ngazidja (Grande Comore), Mwali (Mohéli), Ndzuwani (Anjouan) e Maoré (Mayotte). Esta última, contudo, permanece sob administração francesa, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, 1976 e 2009, e, desde 2011, possui *status* de departamento francês de ultramar. Apesar disso, o estado comoriano ainda reivindica soberania sobre Mayotte.

Segundo o arranjo federativo adotado pela Constituição de 2011, em resposta à tentativa de secessão de 1997, a União e cada uma das três ilhas tem seu presidente. No entanto, apenas o presidente da União possui prerrogativas sobre a política externa e a defesa. As ilhas dispõem de elevado grau de autonomia nas esferas econômica, tributária, de saúde e de justiça. Reformas constitucionais subsequentes têm, porém, concentrado poderes no presidente da União.

O poder legislativo de Comores é unicameral. A Assembleia da União conta com 33 deputados, sendo 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove, com representação federativa, nomeados por representantes das ilhas (três representantes por cada ilha). O mandato dos parlamentares é de cinco anos. As três ilhas do arquipélago (Ngazidja, Mwali e Ndzuwani) têm parlamentos próprios.

No período pré-colonial, as ilhas do arquipélago das Comores foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para colônias europeias na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial sobre as quatro ilhas do arquipélago, que durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo da descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência de Comores ganharam ímpeto. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população das ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan optaram pela independência. A população da ilha de Mayotte, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayotte, levaram à proclamação unilateral da independência de Comores (inclusive da Ilha de Mayotte), em julho de 1975, pelo presidente do então Conselho do Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência de Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve seu domínio sobre Mayotte.

Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição Frente de União Nacional, com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constituiu marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih tornou-se, em janeiro de 1976, presidente das Comores. Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado por Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica de Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em consequência do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em

seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada, desta vez, pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, Mohamed Abdulkarim foi eleito presidente. O governo de Abdulkarim foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da Unidade Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em 1998, em meio à crise secessionista, o presidente Abdulkarim morreu. Tadjidine Ben Said Massounde assumiu a presidência interinamente. No ano seguinte, o coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, depôs Massounde e assumiu a presidência.

Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os Acordos de Fomboni, pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, na nova Constituição, que estabeleceu a União de Comores.

Azali Assoumani venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história de Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se na ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre Anjouan.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de quatro para cinco anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então vice-

presidente, com apoio de Sambi, representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Azali Assoumani foi eleito para um segundo mandato em 2016. O segundo turno do pleito presidencial daquele ano foi caracterizado por denúncias de irregularidades e fraudes. Tanto o candidato vitorioso, Assoumani, como seu principal concorrente, Mohamed Ali Soilihi, questionaram o resultado das eleições. Após os resultados do segundo turno serem anulados, foi organizado terceiro turno, em que Azali Assoumani foi eleito com 41,3% dos votos.

Em julho de 2018, Assoumani submeteu proposta de reforma constitucional a referendo popular, eliminando a proibição de segundo mandato presidencial sucessivo e a exigência de rotação da presidência entre as três principais ilhas do país. Com a aprovação da reforma constitucional por 92% dos eleitores, o presidente Azali Assoumani pôde concorrer a mais um mandato presidencial de cinco anos, no pleito presidencial antecipado de 2019, previsto nos termos originais da Constituição para 2021.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana tem como prioridade a reivindicação da soberania da Ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, a ex-metrópole colonial. A União de Comores é membro da União Africana (UA), da Liga dos Estados Árabes (LEA) e da Comissão do Oceano Índico (COI), organização subregional africana formada pelos estados insulares do Oceano Índico (Comores, Madagascar, Maurício e Seicheles), além de Reunião (departamento ultramarino francês).

Apesar da disputa em torno de Mayotte, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a "Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que tem orientado as iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 200 mil. A ilha de Mayotte, considerada departamento ultramarino francês, tem constituído destino de cerca de metade desses imigrantes.

O relacionamento com a China é considerado da mais alta prioridade pelo governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, Comores também tem buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, Moroni tem conferido prioridade ao relacionamento com os países árabes, em especial com as monarquias do Golfo. Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores e parceiros de cooperação, em especial nas áreas de saúde e educação.

No âmbito multilateral, Comores tem defendido, nas Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores ante a França, realizaram-se dois referendos em que a ilha Mayotte decidiu permanecer ligada à metrópole. A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no Arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a AGNU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de “Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli”. Essas resoluções contaram com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA

A ausência de recursos naturais e deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano. Assim, a economia do país é fortemente dependente de remessas de sua diáspora e da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Recentemente, a economia de Comores sofreu os impactos negativos de dois choques sucessivos que levaram a um declínio da taxa média de crescimento de 3,7%, alcançada em 2017 e 2018, para 1,8% em 2019 (Ciclone Kenneth) e de -0,3% em 2020 (pandemia de covid-19). Embora a economia tenha se recuperado ligeiramente em 2021, crescendo 2,2%, o Banco Mundial projeta outra desaceleração para 2022, quando a taxa de crescimento do PIB comoriano deverá ser de 1,4%, em decorrência da alta inflação global.

Segundo avaliação do Banco Mundial, gastos públicos mais elevados (principalmente investimentos financiados internamente) somados a crescentes contas de importação e remessas reduzidas da diáspora estão levando a um crescente déficit fiscal (3,7% do PIB) e a déficit em conta corrente (4,8% do PIB). Além disso, a taxa de inflação deverá aumentar significativamente em 2022, enquanto a taxa de pobreza deverá diminuir apenas moderadamente nos próximos dois anos, devendo retornar aos níveis anteriores aos da pandemia de covid-19 (38,2%) em 2023.

O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca da metade do PIB do país e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ilangue-ilangue (essência para a indústria de perfumes). Em 2020, os maiores compradores dos produtos agrícolas do país foram França, Índia, Alemanha, Países Baixos e Madagascar. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade dos mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Em 2020, os maiores fornecedores para as Comores foram EAU, França, Paquistão, China e Turquia. A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, compensado, em parte, pelas remessas estrangeiras e pela ajuda oficial ao desenvolvimento.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Início da presença portuguesa nas ilhas.
1832	Mayotte é conquistada pelo rei de Madagascar.
1841	Mayotte é comprada pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	Concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	Organizado referendo sobre a independência de Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoukarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoukarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade de Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia em Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayotte é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayotte em departamento ultramarino francês.

2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2016	Azali Assoumani é eleito presidente.
2018	Reforma constitucional eliminando a proibição de segundo mandato presidencial sucessivo e a exigência de rotação da presidência entre as três principais ilhas do país é aprovado em referendo.
2019	Azali Assoumani renuncia ao cargo, candidata-se e é eleito presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos então presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira a Comores.
2016	Visita ao Brasil do vice-presidente de Comores, Djaffar Ahmed Said, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2017	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Treinamento de Diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.
2018	Ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Comores.
2018	Lançamento do projeto de cooperação "Aprimoramento da Capacidade Agrícola na União das Comores", desenvolvido pelo Fundo IBAS

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em ratificação pela outra Parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE SEICHELES



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Seicheles
GENTÍLICO	Seichelense
CAPITAL	Vitória
ÁREA	455 km²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	100 mil habitantes
LINGUAGEM OFICIAL	Inglês, francês e crioulo seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 35 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e 10 por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Wavel Ramkalawan (desde 2020)
CHANCELER	Sylvestre Radegonde (desde 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 2,01 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 3,73 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 20.027,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 37.660,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	10,9% (2022); 7,9% (2021); -7,7% (2020); 3,1% (2019); 3,2% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2022)	Alto (0,785); 72ª posição (entre 191 países); subiu 3 posições em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	71 anos
ALFABETIZAÇÃO (BM, 2018)	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2021)	3%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR DE SEICHELES	A ser designado
EMBAIXADOR DO BRASIL	Flavio Pazeto, encarregado de negócios, a. i., residente na Tanzânia (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BRASIL-SEICHELES (US\$ milhões FOB – fonte: MEcon)										
Brasil→Seicheles	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	6,75	18,6	12,6	8,42	10,1	9,58	6,99	6,64	6,35	9,28
Exportações	6,68	18,4	12,1	7,71	9,76	9,47	6,74	6,47	6,22	8,37
Importações	0,66	0,14	0,46	0,71	0,36	0,12	0,25	0,17	0,13	0,91
Saldo	6,62	18,3	11,7	7,0	9,4	9,34	6,49	6,3	6,1	7,42

APRESENTAÇÃO

Menor país da África, o território da República das Seicheles tem 455km² espalhados por 115 ilhas no oceano Índico. O arquipélago, desabitado até a chegada dos franceses no século XVII, passou por longo período de disputa entre franceses e britânicos. Em 1814, derrotada nas guerras napoleônicas, a França cedeu o controle da região para o Reino Unido.

Na esfera política, Seicheles alcançou sua independência em 1976. O país passou por período sob regime de partido único, entre 1977 e 1991, quando nova Constituição foi promulgada e garantiu a realização de eleições multipartidárias livres. Desde então todos os presidentes seichelenses são eleitos para períodos de 5 anos, com possibilidade de ocuparem o cargo por, no máximo, três mandatos.

A República de Seicheles é o país com menor população (100 mil habitantes) e com maior renda per capita (US\$ 37 mil – PPP) da África. Atualmente, Seicheles apresenta o segundo melhor índice de desenvolvimento no continente africano, atrás apenas das Ilhas Maurício. A economia do país está baseada em dois setores: o turismo e a pesca (atum).

A política externa de Seicheles tem como prioridades o combate ao aquecimento global e a promoção da “economia azul”. Trata-se de pequeno país insular com concentração populacional em áreas costeiras, o que torna o arquipélago particularmente vulnerável aos efeitos da mudança climática, em especial nas áreas econômica (depende do turismo e da pesca) e ambiental.

No plano bilateral, Seicheles e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. O diálogo político bilateral, pouco denso, é, em geral, fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção de comércio internacional mais justo.

PERFIL BIOGRÁFICO

WAVEL RAMKALAWAN **Presidente da República**



Wavel Ramkalawan nasceu em 15 de março de 1961, em Mahé, a maior e principal ilha de Seicheles. Em 1985 foi ordenado sacerdote, após estudos teológicos no St Paul's Theological College, na Ilha de Maurício. Posteriormente, formou-se em teologia na Universidade de Birmingham.

Ganhou projeção política ao criticar, em seus sermões o regime de partido único que vigorou em Seicheles entre 1977 e 1991. A partir de 1993, passou a liderar o oposicionista Partido Nacional das Seicheles (SNP). Em 2005, abandonou o sacerdócio para dedicar-se integralmente à política.

Venceu as eleições presidenciais de outubro de 2020 com 54,9% dos votos, assumindo a presidência de Seicheles. Tratou-se da primeira transferência pacífica de poder para a oposição, desde a independência do país, em 1976.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República das Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam assumiu cumulativamente os temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais em Vitória. Com o fechamento da embaixada na capital da

Tanzânia em 1991, a cumulatividade com Seicheles foi transferida para a embaixada em Maputo. Em 2010, a cumulatividade da embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras, como já observado, nas áreas de mudança do clima, de desenvolvimento sustentável, de redução da pobreza e de promoção de comércio internacional mais justo. O Brasil tem conseguido o apoio das Seicheles na quase totalidade dos pedidos realizados em favor de suas candidaturas. O governo seichelense sugeriu, em 2016, a instituição de mecanismos de consultas políticas bilaterais como forma de promover contatos bilaterais regulares.

Em junho de 2014, o então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, embaixador Barry Faure, encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Por ocasião da apresentação de cartas credenciais do embaixador Antonio Augusto Martins César, em fevereiro de 2019, o presidente Danny Faure e outras autoridades seichelenses manifestaram o interesse em contar com cooperação brasileira na área agrícola, principalmente no que diz respeito à produção em pequenas propriedades; na exploração de petróleo e gás; e em energias renováveis.

No que diz respeito a acordos bilaterais, em 2008 foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, já em vigor, que permite a estudantes seichelenses participarem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foram celebrados o Acordo de Isenção Parcial de Vistos e Acordo sobre Isenção de Visto em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, ambos em vigor. Os atos assinados permitiram o aumento do fluxo de turistas do Brasil para aquele país. As autoridades seichelenses estimam haver potencial para incrementos, tendo em vista as novas possibilidades de

conexão aérea abertas via Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, foi firmado, em maio de 2015, o Acordo de Serviços Aéreos, em tramitação no Congresso Nacional.

Em 2016, Seicheles e Brasil iniciaram a negociação de acordo bilateral de cooperação técnica. O Brasil apresentou proposta de texto do acordo em dezembro de 2016. Em setembro de 2017, o lado seichelense reagiu com contraproposta de texto. Em janeiro de 2020, o lado brasileiro sugeriu pequenas alterações à contraproposta seichelense. Desde então, no entanto, não foi possível obter reação da chancelaria de Seicheles.

Em julho de 2021, o Brasil transmitiu às autoridades seichelenses proposta de texto de acordo para transferência de pessoas condenadas, ainda sem resposta da parte seichelense.

Quanto aos temas consulares, cabe registrar a existência de três nacionais presos em Seicheles por tráfico internacional de drogas. Um deles foi condenado, em 2019, a seis anos de prisão, enquanto os dois outros foram detidos em 2022 e aguardam julgamento.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,6 milhões de 2005 a 2014. O ápice da corrente comercial ocorreu em 2013, com US\$ 18,6 milhões de trocas. Desde então, o intercâmbio registrou diminuição e se encontrava na faixa dos US\$ 9,3 milhões em 2021. Essa retração se deve à redução das exportações brasileiras, que historicamente representaram a quase totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Em 2021, o Brasil exportou US\$ 8,37 milhões para Seicheles, com carnes de aves representando 46% desse total, seguidos de despojos de carnes (11%), couro (11%), carne bovina (11%) e carne suína (10%). No mesmo ano, o Brasil importou US\$ 910 mil desse país, especialmente polímeros de estireno (49%).

Nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 6,6 milhões para Seicheles. As vendas brasileiras incluem, sobretudo, alimentos, como carne de frango, bovina e suína. Neste ano, o Brasil importou cerca de US\$ 300 mil de Seicheles em circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação

de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). Desde então, não houve registro de novas missões.

Em 2021, a Embraer iniciou campanha com o objetivo de vender aeronaves civis para a Air Seychelles (SEZ). Como parte do plano de reestruturação da SEZ, estaria sendo cogitada a aquisição de aeronaves menores e mais econômicas, além de regresso a perfil doméstico ou, no máximo, regional.

POLÍTICA INTERNA

Seicheles é um estado unitário que tem como forma de governo a república presidencialista. O presidente, que exerce as funções de chefe de Estado e chefe de governo, é eleito por voto popular para mandato de cinco anos. O gabinete ministerial é chefiado e nomeado pelo presidente, sujeito à aprovação do legislativo.

O parlamento de Seicheles é unicameral. A Assembleia Nacional é composta por 35 membros, 26 dos quais são eleitos diretamente pelo voto popular, para mandatos de cinco anos, ao passo que os nove restantes são nomeados proporcionalmente de acordo com a porcentagem de votos recebidos por cada partido.

A Corte Suprema de Seicheles, criada em 1903, é o mais alto tribunal do país.

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração britânica, a economia de Seicheles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha britânica foram levados para Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada da das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão da condição do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP aliou-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi alcançada formalmente em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do presidente Mancham ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Mancham e instalaram René na presidência. A recém-promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, que estabeleceu regime de partido único, a Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, com a derrota no pleito do ex-presidente James Mancham, do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de orientação liberal.

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à presidência, sendo substituído por James Alix Michel, seu principal herdeiro político e que, desde 1996, ocupava a vice-presidência do país. Nas eleições de julho de 2006, o presidente Michel foi confirmado no cargo, tendo sido eleito para

mandato de cinco anos. O SPFF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Em 2009, o SPPF passou a denominar-se Partido Popular (PL - Parti Lepep, em crioulo seichelense), e ganhou novamente as eleições realizadas em 2011. No pleito, Michel foi reeleito para novo mandato de cinco anos na presidência do país. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o Partido Nacional de Seicheles passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 35 cadeiras da Assembleia Nacional.

Em dezembro de 2015, Michel venceu novamente as eleições para presidente do país. Esse seria o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. Nas eleições legislativas de 2016, a coalizão de oposição formada pelo Partido Nacional de Seicheles e mais três partidos foi vitoriosa, acabando com quatro décadas de domínio político do partido governista no Legislativo, ao conquistar 19 dos 35 assentos. Com a perda da maioria parlamentar, o presidente Michel renunciou, ainda em 2016, e foi substituído por seu vice-presidente, Danny Faure.

A oposição sagrou-se mais uma vez vitoriosa nas eleições legislativas, também realizadas em 22 de outubro de 2020. A coalizão, União Democrática Seichelense (LDS – Linyon Demokratik Seselwa, em crioulo), formada pelo Partido Nacional de Seicheles, Partido de Seicheles para Justiça Social e Democracia e pelo Partido Unido de Seicheles, conquistou 25 assentos, ao passo que o governista Seicheles Unidas obteve dez assentos.

No pleito presidencial de 25 de outubro de 2020, o partido governista, que havia mudado novamente de nome, passando a designar-se Seicheles Unidas, foi derrotado pela primeira vez desde a independência do país. O candidato opositor Wavel Ramkalawan, ex-pastor anglicano e deputado na Assembleia Nacional, derrotou o candidato à reeleição Danny Faure por 54,9% a 43,5% dos votos válidos. Ramkalawan assumiu a presidência em 26 de outubro de 2020.

O governo de Ramkalawan foi marcado pela eclosão da pandemia de covid-19 e pelos esforços em combatê-la. A obtenção de vacinas e a retomada dos fluxos de turismo, que sofrera impacto negativo de 75% nas receitas externas, foram as prioridades de seu governo em 2021. De fato, a

rapidez na execução da campanha de vacinação – Seicheles foi o primeiro país africano a atingir 90% de sua população vacinada, graças às doações de China, Índia e Estados Unidos – contribuiu decisivamente para a retomada econômica do país, que pode reabrir fronteiras para turistas internacionais apenas cinco meses após a chegada do primeiro imunizante ao arquipélago. No plano da segurança, Wavel Ramkalawan priorizou o enfrentamento do tráfico internacional de drogas, sobretudo de heroína, ilícito transnacional que vem aumentando no arquipélago nos últimos anos.

POLÍTICA EXTERNA

Dada a sua condição insular, Seicheles busca ter uma política externa ativa nas agendas do desenvolvimento sustentável e do combate ao aquecimento global. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, em inglês). O então presidente James Michel chegou a afirmar em foros internacionais que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de “refugiados ambientais”.

O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações dos pequenos países insulares. Nesse sentido, Seicheles defende a criação de índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS consideram-se duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta (não estando aptos, portanto, a tratamento preferencial) e, ao mesmo tempo, estão entre os países que mais sofrem com os efeitos das mudanças do clima.

O conceito de “economia azul” tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. A expressão refere-se à defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma sustentável. Por suas características territoriais, (455km² do território estão em terra firme e 1,3 milhão km², no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos

países costeiros da África – baseia-se na extração de petróleo e na pesca. Nesse contexto, o país defende a mudança da perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para nova perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos relatados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico também é questão de importância para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative (SAARPSO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em contexto de globalização, bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA. Em 2012, abriu embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da UA. Também na organização regional, o discurso seichelense é voltado para os interesses dos países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a

maior democratização e representatividade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da UA, o país apoia o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005. Na esfera multilateral econômica, Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história daquela organização.

No plano bilateral, Seicheles tem buscado fortalecer as relações com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas nove países mantêm Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka, Líbia e Emirados Árabes Unidos). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A China é importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e presta sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde, como a doação de vacinas durante a pandemia de covid-19. Além disso, a China é parceiro de destaque no combate à pirataria no Oceano Índico.

Recentemente, vem ganhando relevância a parceria de Seicheles com países do Golfo, sobretudo os Emirados Árabes Unidos, por meio de investimentos, em especial no setor de turismo, e da cooperação, com destaque para os setores de saneamento e energia.

O relacionamento com os Estados Unidos é centrado na cooperação para o combate à pirataria no Índico. Já os países europeus são importantes parceiros comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Apesar disso, conta com a maior renda per capita da África e o segundo melhor índice de IDH do continente, atrás das Ilhas Maurício (Maurício e Seicheles inverteram posições em 2022, em relação ao relatório anterior, de 2019). O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados à educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente.

Estima-se que, em 2021, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US\$1,46 bilhão, com crescimento acima de 1,8% em relação a 2020. Segundo previsões do Banco Mundial, espera-se que, ao final de 2022, o PIB cresça 3%, atingindo US\$2,1 bilhões. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

Os desafios estruturais no plano econômico derivam da pequena dimensão do PIB, da falta de diversificação, da ausência de uma base industrial, da vulnerabilidade a preços e a choques externos, da distância aos principais mercados, dos riscos de degradação ambiental e de desastres relacionados ao clima.

Apesar de o setor de turismo ser o principal motor da economia seichelense, o país tem buscado diversificar sua economia. Atualmente, o país tem direcionado os esforços de diversificação para a consolidação da “economia azul”, apostando na regeneração de ecossistemas aquáticos e no uso sustentável de recursos oceânicos para o crescimento sustentável.

Em 2019, os números de visitantes e de arrecadação bateram recordes históricos, com quase U\$ 620 mil e 430 mil turistas (mais que quatro vezes a população do arquipélago) provenientes, principalmente, de Alemanha, França, Itália, Rússia, Emirados Árabes, China e Reino Unido. Como consequência da pandemia de covid-19, ambos os números caíram em mais de 60% em 2020.

Responsável por 32 mil visitantes, a Rússia liderou o mercado de turismo de Seichelles em 2021, com os Emirados Árabes em segundo lugar (21.725) e a França em terceiro (18.545). Em 2022, é estimado pelo Gabinete de Turismo que o país exceda em 28% a previsão anual para o setor de turismo. No mês de agosto, ao ultrapassar os números de 2021, o setor confirmava o ritmo de recuperação esperado no pós-pandemia, apesar do conflito na Ucrânia. Já em outubro, alcançou 258 mil visitantes, cerca de 89% do contingente de 2019.

Em anos recentes, as autoridades locais têm investido na diversificação da origem dos visitantes, tradicionalmente concentrada na Europa, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África.

O setor pesqueiro é o segundo mais importante para a economia das Seicheles. A concessão de licenças de pesca constitui importante fonte de recursos para o país. A pesca é de fundamental importância para o

equilíbrio da balança comercial. O grande mercado consumidor do pescado seichelense é a Europa.

Recentemente, o governo de Seicheles tem levado adiante políticas com objetivo de garantir a autossuficiência em setores considerados estratégicos. Destacam-se, nesse plano, as tentativas de desenvolvimento da agricultura local, da indústria pesqueira e de manufaturas. O governo também procura estimular o comércio exterior por meio de incentivos fiscais à indústria do turismo e da redução de procedimentos alfandegários nos portos.

No âmbito das políticas de incentivo, merecem destaque as Zonas Internacionais de Comércio de Seicheles. Criadas com objetivo de atrair investimentos diretos de empresas estrangeiras, oferecendo-lhes a possibilidade de utilizar o arquipélago como plataforma de exportação de bens e serviços aos mercados da África e da Ásia, tais zonas são consideradas, pelo governo, como “extraterritoriais”, não estando sujeitas a vários impostos e leis do país. Dentre suas vantagens, destacam-se: baixas taxas de concessão de licenças; isenção de taxas de trabalho para trabalhadores estrangeiros; imposto de 0% sobre os lucros; 0% de direitos aduaneiros e IVA para bens de capital, matérias-primas, mobiliário de escritório e equipamentos; 0% de IVA em produtos intermediários e finais.

Devido à pandemia e as restrições a viagens, em 2020 o país sofreu contração de 7,7% em sua economia. Em contrapartida, a recuperação do setor de turismo em 2021 fez com que o arquipélago voltasse a apresentar índices positivos, com 7,9% de crescimento do PIB e redução de 3,5% do déficit fiscal. A inflação, apesar de permanecer em baixa em 2020 (1,2%), sofreu salto significativo em 2021 (9,8%), dados os problemas no fornecimento de energia e alimentos, que vêm ocorrendo desde a pandemia de covid-19 e se agravaram com a guerra na Ucrânia.

Contudo, seguindo a atenuação da pandemia e a recuperação econômica mundial, é esperado que Seicheles mantenha a taxa de crescimento do PIB, em 2022, em cerca de 10,9%. Também em 2022, é previsto que a inflação chegue a 4,1%, e que o déficit fiscal diminua aproximadamente 4%.

Seicheles possui alta abertura ao comércio internacional (104% em relação ao PIB em 2016). O país é membro do COMESA (Mercado Comum da África Oriental e do Sul) e, desde 2015, também da OMC.

Em 2021, as exportações de Seicheles somaram US\$ 1,13 bilhão, e as importações US\$ 1,47 bilhão. Os principais produtos de exportação do país são embarcações e estruturas flutuantes e preparações de carne, de

peixes, crustáceos, ou moluscos, enquanto os principais itens de importação são embarcações e estruturas flutuantes e derivados de petróleo. Em relação ao comércio bilateral, naquele ano as exportações do Brasil para Seicheles somaram US\$ 8,37 milhões, e as importações, por sua vez, US\$ 910 mil.

Os principais países de destino das exportações são Bermudas, França e Ilhas Canárias. Já os principais países de origem das importações do país são Emirados Árabes Unidos, Ilhas Virgens Britânicas e Alemanha.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos britânicos
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício
1948	Realização das primeiras eleições locais
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP)
1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como presidente e France-Albert René (SPUP) como primeiro-ministro
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em estado unipartidário
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu partido
1998	René é reeleito
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan, do Partido Nacional de Seicheles (SNP)
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo vice-presidente James Michel
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, ao derrotar Wavel Ramkalawan do SNP
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles declara “default”
2011	Michel é reeleito, ao vencer novamente Ramkalawan
2011	O SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.
2015	Presidente Michel é reeleito para seu terceiro mandato
2016	Vitória da oposição nas eleições legislativas
2016	Presidente Michel renuncia ao cargo de presidente
2016	Assume a presidência do país o então vice-presidente Danny

	Faure
2020	Wavel Ramkalawan, candidato da oposição, é eleito presidente

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2008	Assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Seicheles
2011	Assinatura de Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre Brasil e Seicheles
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Faure.
2015	Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Seicheles

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles	16/09/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Serviços Aéreos	19/05/2015	Em tramitação no Congresso Nacional